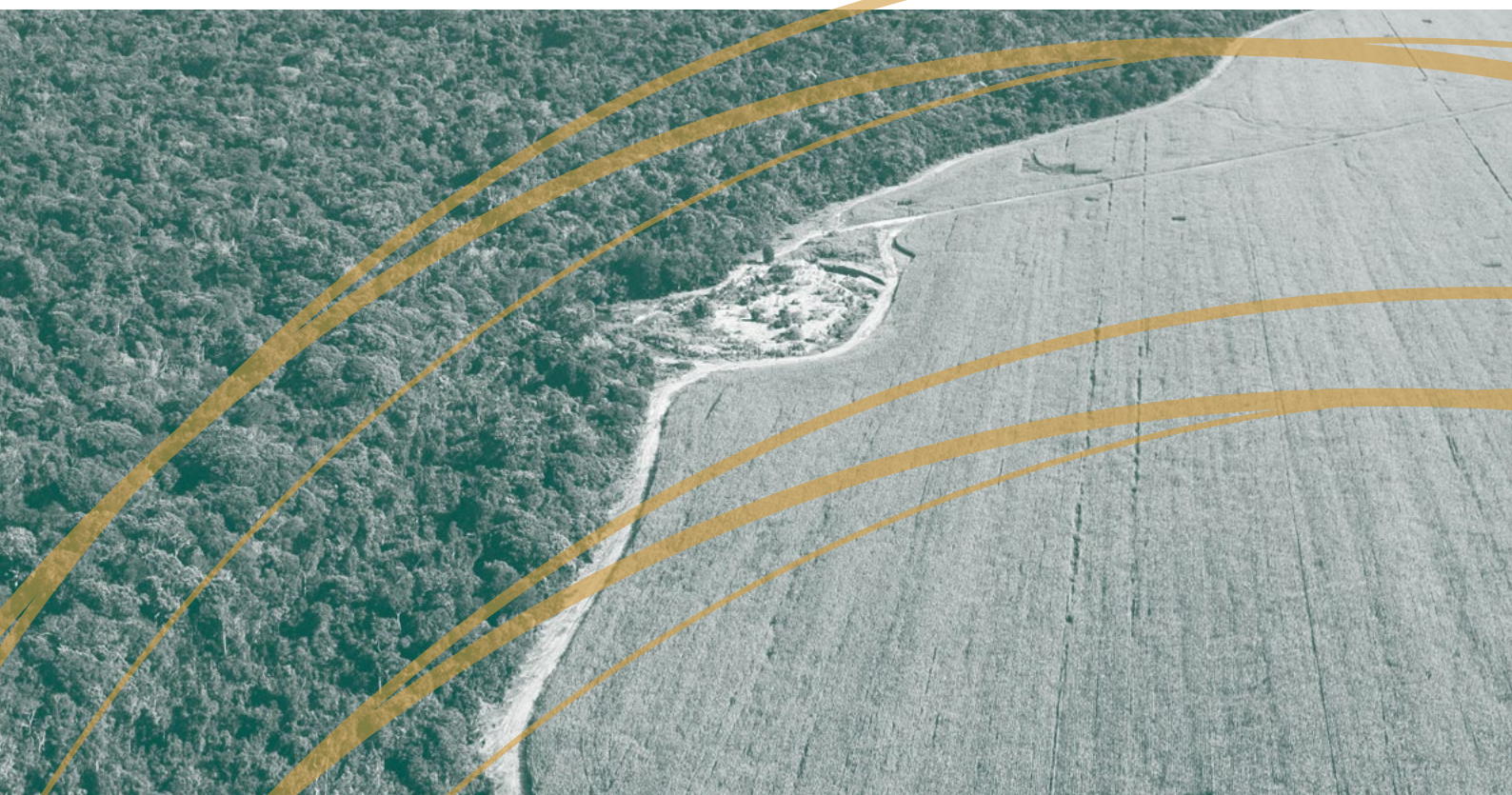




Anuário
Brasileiro
**de Segurança
Pública**
2023

**A herança de meia década
de descontrole sobre as armas
de fogo no Brasil**





Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023

Informação para
gerar transformação

EXPEDIENTE

Conselho de Administração

Cássio Thyone A. de Rosa – *Presidente*

Conselheiros

Elizabeth Leeds – *Presidente de Honra*

Alexandre Pereira da Rocha

Arthur Trindade M. Costa

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Denice Santiago

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Juliana Lemes da Cruz

Marlene Inês Spaniol

Paula Ferreira Poncioni

Roberto Uchôa

Conselho Fiscal

Lívio José Lima e Rocha

Marcio Júlio da Silva Mattos

Patrícia Nogueira Proglhof

EQUIPE FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Diretor Presidente

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Coordenação de Projetos

David Marques

Coordenação Institucional

Juliana Martins

Supervisão do Núcleo de Dados

Isabela Sobral

Pesquisadores Sêniores

Aiala Couto

Juliana Brandão

Rodrigo Chagas

Equipe Técnica

Betina Barros

Marina Bohnenberger

Dennis Pacheco

Amanda Lagreca

Talita Nascimento

Thaís Carvalho

Consultor

Cauê Martins

Supervisão Administrativa e Financeira

Débora Lopes

Equipe Administrativa

Elaine Rosa

Sueli Bueno

Antônia de Araujo

FICHA TÉCNICA

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023

COORDENAÇÃO

Samira Bueno
Renato Sérgio de Lima

ANÁLISES E TEXTOS

Amanda Lagreca
Betina Warmling Barros
Cauê Martins
David Marques
Dennis Pacheco
Isabela Sobral
Jeferson Furlan Nazário
Juliana Brandão
Juliana Martins
Juliana Lemes
Luciana Temer
Marina Bohnenberger
Paulo Jannuzzi
Renato Sérgio de Lima
Roberto Uchôa
Samira Bueno
Sofia Reinach
Talita Nascimento
Thais Carvalho
Ursula Dias Peres

CONSULTORIA ESTATÍSTICA E DE DADOS

Fernando Corrêa
Paulo Januzzi

PARCERIAS

FENAVIST - Federação Nacional das Empresas de
Segurança e Transporte de Valores
Fundação José Luiz Egydio Setúbal
Instituto Galo da Manhã

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Analítica Comunicação Corporativa
analitica@analitica.inf.br
(11) 2579-5520

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Oficina 22 Estúdio Design Gráfico e Digital
contato@oficina22.com.br



Como citar:

MARQUES, David; Uchôa, Roberto. A herança de meia década de descontrole sobre as armas de fogo no Brasil. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 226-231, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: - .

Nota legal

Os textos e opiniões expressos no Anuário Brasileiro de Segurança Pública são de responsabilidade institucional e/ou, quando assinados, de seus respectivos autores. Os conteúdos e o teor das análises publicadas não necessariamente refletem a opinião de todos os colaboradores envolvidos na produção do Anuário, bem como dos integrantes dos Conselhos Diretivos da instituição.



Licença Creative Commons

É permitido copiar, distribuir, exibir e executar a obra, e criar obras derivadas sob as seguintes condições: dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor

ou licenciante; não utilizar essa obra com finalidades comerciais; para alteração, transformação ou criação de outra obra com base nessa, a distribuição desta nova obra deverá estar sob uma licença idêntica a essa.

Patrocínios e apoios

Edição 2023 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública

Fundação Ford
Open Society Foundations – OSF
Fundação José Luiz Egydio Setúbal
Instituto Galo da Manhã
FENAVIST - Federação Nacional das
Empresas de Segurança e
Transporte de Valores

A herança de meia década de descontrole sobre as armas de fogo no Brasil

Qual balanço podemos fazer com relação ao descontrole na política de armas de fogo no Brasil a partir de 2017, mas que se intensificou sobremaneira a partir de 2019? O que podemos esperar em termos de efeitos desse descontrole da segurança pública? E quais medidas são necessárias para restabelecer e incrementar uma política responsável de controle de armas? Estas são questões fundamentais e inescapáveis para a discussão e para a construção de políticas públicas de segurança e para o debate político mais amplo no Brasil.

Os dados disponíveis e sistematizados neste Anuário oferecem elementos que ajudam a responder tais questões e nos ajudam a formular algumas hipóteses explicativas e analíticas com relação à herança desta meia década de descontrole sobre as armas de fogo.

Apesar de existir uma percepção de que o recente crescimento na busca por armas de fogo no país começou durante o governo Bolsonaro, a realidade é mais complexa. Ainda durante o governo de Michel Temer¹ foi criada a figura do porte de trânsito, conhecido no meio do tiro desportivo por “porte abacaxi”. A medida permitia que caçadores, atiradores desportivos e colecionadores (CAC) fossem dos locais onde estavam seus acervos até clubes de tiro ou locais de caça com uma arma muniada e pronta para uso. Uma novidade que atraiu muita gente, principalmente pessoas que não conseguiam o porte de armas para defesa pessoal por meio da Polícia Federal e que viram nessa novidade a oportunidade de circularem armadas pelas ruas.

Porém, com a chegada de Bolsonaro ao poder, além da manutenção do porte de trânsito e sua ampliação, com a autorização para que CAC pudessem circular armados por quaisquer trajetos entre os locais de acervo e seus destinos e vice-versa², foram editadas dezenas de medidas com o objetivo de facilitar a aquisição de grandes quantidades de armas e munições, assim como o acesso a armas de calibres que até então eram restritos. Em decretos editados ainda no primeiro semestre, em 2019, o governo modificou a classificação de calibres para permitir que a população pudesse adquirir armas que eram de uso restrito a forças de segurança e militares, pistolas calibre 9mm e revólveres calibre 357 passaram a ser de fácil acesso, incluindo alguns modelos de fuzis.

David Marques

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos e Coordenador de projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Roberto Uchôa

Doutorando em Democracia do Século XXI pela Universidade de Coimbra/Portugal, policial federal e membro do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

¹ Conforme Art. 135-A, da Portaria Nº 28 – Colog, do Exército Brasileiro, de 14 de março de 2017.

² Art. 61 da Portaria nº 150 – Colog, do Exército Brasileiro, de 5 de dezembro de 2019.

Além disso, o limite de armas e munições que poderiam ser adquiridas foi aumentado de forma exponencial. Um atirador desportivo sozinho poderia adquirir até 60 armas de fogo, sendo 30 de calibres permitidos e 30 de calibres restritos. Como exemplo, um único atirador poderia adquirir 30 pistolas calibre 9mm e 30 fuzis calibre 7.62. Uma quantidade de armas maior que a maioria dos batalhões de polícia militar e delegacias existente no país.

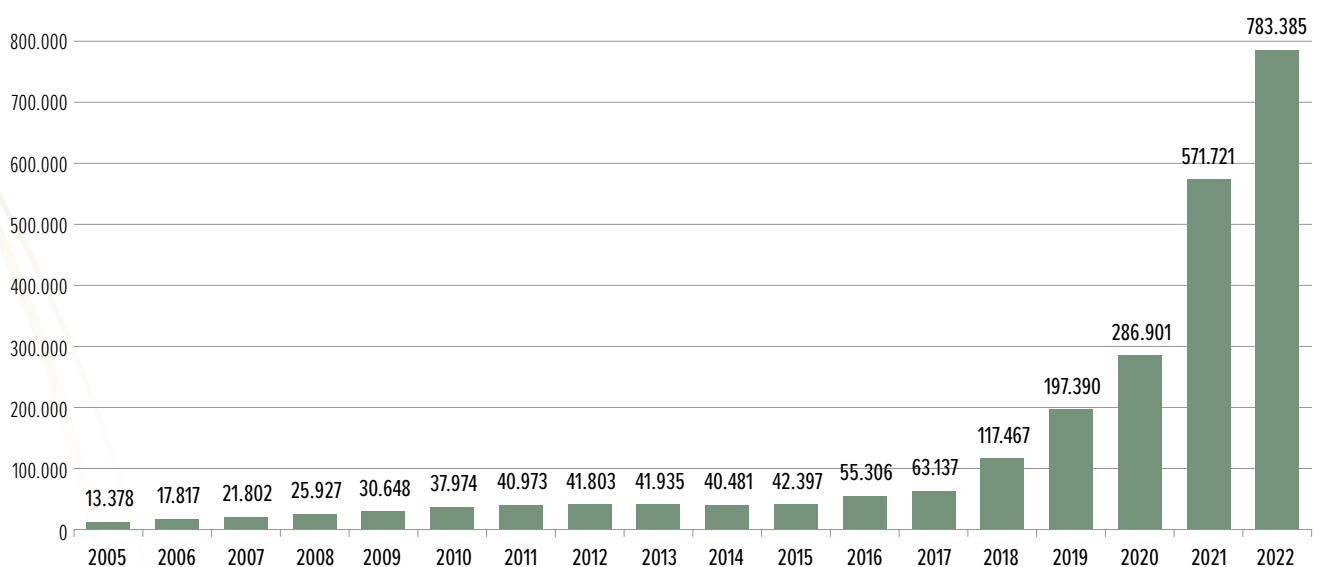
Foram 4 anos de aumento no número de CAC, de armas em circulação, do número de clubes de tiro e de lojas de armas, além da quantidade de munições em circulação, enquanto isso o investimento em fiscalização e controle foi inexistente. A estrutura que atendia ao mercado de 2017 permaneceu a mesma ou até diminuiu em alguns casos ao mesmo tempo que o mercado crescia vertiginosamente. Os números nos ajudam a ter uma melhor compreensão desse processo.

O CRESCIMENTO VERTIGINOSO DO MERCADO DE ARMAS

Em 2022, o Exército Brasileiro (EB) identificava 783.385 Certificados de Registro (CR) ativos para as atividades de caçador, atirador esportivo e colecionador (CAC), o que corresponde ao total de CAC ativos no país. Interessante notar que, entre 2018 e 2022, foi observado um crescimento de 665.918 CR concedidos/ativados no período, visto que em 2018, tínhamos 117.467 CR de CAC ativos (para registro, em 2017, o número de CRs ativos era de 63.137).

GRÁFICO 63

Número de Certificados de Registros (CR) ativos de Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CAC) no SIGMA/Exército Brasileiro
Brasil - 2005-2022



Fonte: Exército Brasileiro; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

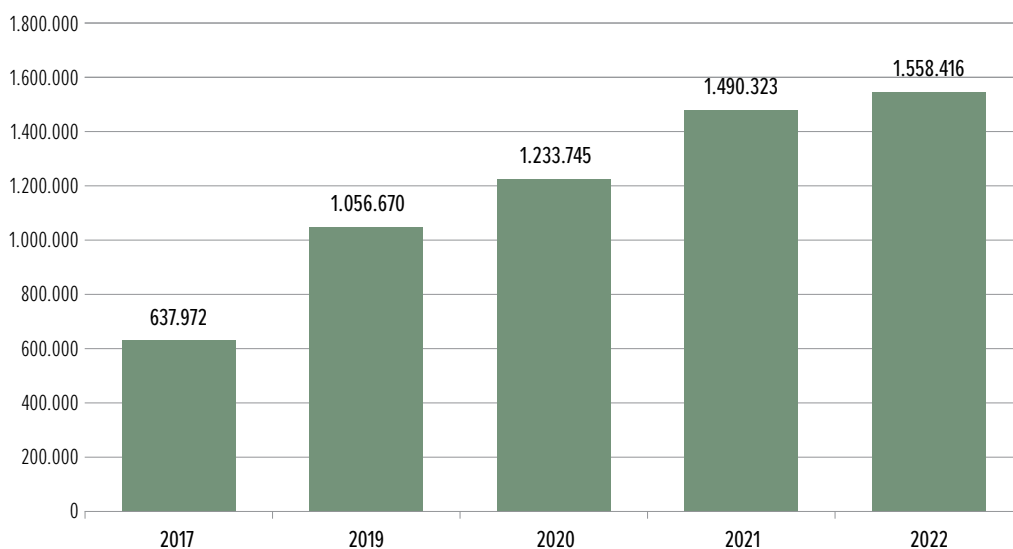
Portanto, temos um cenário de progressão geométrica no número de CAC no país, sendo que a gestão anterior do governo federal contribuiu e incentivou um crescimento de quase 7 vezes o número de pessoas com permissão para tais atividades. Se compararmos esse número com o do ano de 2017, durante o governo Temer, quando tivemos as primeiras modificações que possibilitaram o chamado “porte de trânsito” para CAC, tornando esse credenciamento junto ao EB mais atrativo para pessoas que gostariam de portar armas com as mais diversas finalidades, o crescimento foi de 12 vezes. Evidentemente, não se trata de um crescimento orgânico no número de atiradores esportivos brasileiros, mas sim de um crescimento artificial dessa categoria por meio de incentivos regulamentares, contrários à Lei Federal 10.826/2003, concedidos pelas últimas administrações federais.

Temos um cenário de progressão geométrica no número de CAC no país, sendo que a gestão anterior do governo federal contribuiu e incentivou um crescimento de quase 7 vezes o número de pessoas com permissão para tais atividades.

É importante notar, no entanto, que o crescimento no número de armas de fogo em circulação no país não se deu apenas entre os CAC. Em 2022, no Sinarm, da Polícia Federal (PF), havia 1,5 milhões de armas de fogo com registros ativos, com um crescimento de 4,6% em relação à 2021. Em 2017, esse número era de 637.972, o que significa um crescimento de 144,3% com relação a 2022.

GRÁFICO 64

Registros de arma de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal, ns. Absolutos
Brasil - 2017-2022



Fonte: Polícia Federal; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Neste contexto, outra evidência do significativo crescimento do mercado é que, entre 2017 e 2022, o número de munições vendidas do mercado nacional cresceu 147%, saindo de 170,2 milhões para 420,5 milhões, considerando todos os segmentos.

SINTOMAS DO DESCONTROLE

No Sinarm/PF, em 2022, foram informadas 1.532.803 armas de fogo com registro expirado. Isto é, armas cujos proprietários não cumpriram a determinação legal para renovação de suas licenças no prazo estipulado, das quais o Estado brasileiro não possui ciência de seu paradeiro e para as quais não houve qualquer tipo de fiscalização ou sanção³. Vale notar que este número corresponde apenas às armas de fogo com registro expirado que estão sob gestão da PF. O EB não forneceu informações sobre as armas de fogo com registros expirados sob sua gestão, o que significa que o descontrole é ainda maior.

Embora o mercado legal de armas de fogo tenha crescido vertiginosamente, assim como as evidências dos desvios que conectam o mercado legal ao ilegal, o número de armas de fogo apreendidas pelas polícias estaduais voltou a apresentar redução em 2022, em que pese as apreensões federais tenham apresentado crescimento. Contudo, como respondem pela menor parte das apreensões, resta a tendência de redução nas apreensões verificada nos últimos anos. Ao todo, foram apreendidas no Brasil 115.250 armas de fogo em 2021 contra 105.953 em 2022, uma redução de 8,1%. Os registros de posse ou porte ilegal de arma de fogo alcançaram 50.278 em 2022, contra 55.121 em 2021.

Tais registros devem ser considerados muito mais como um indicador da ausência de priorização da retirada de armas de fogo ilegais de circulação e da quase completa inexistência⁴ de trabalhos investigativos e de inteligência policial mais estruturados, que coloquem o desvio de armas de fogo entre o mercado legal e ilegal no centro de sua estratégia, do que propriamente um indicativo de menos crimes e outras ilegalidades cometidas com a utilização de armas de fogo.

A HERANÇA DE MEIA DÉCADA DE DESCONTROLE

Os anos Bolsonaro provocaram profundas mudanças no mercado legal de armas de fogo. Armas que antes eram de calibre restrito passaram a ser de calibre permitido e algumas, como a pistola 9mm, passaram a aparecer como as armas mais vendidas no país. Porém, isso também transformou o mercado ilegal. Porque a conexão entre os mercados legal e ilegal sempre existiu, mas a dimensão que o mercado legal tomou acabou influenciando o ilegal. Já há relatos de policiais da linha de frente que indicam que a pistola calibre 9mm tem sido uma das armas mais apreendidas por forças policiais, ocupando um lugar que

³ A PF informou que, com relação aos registros de armas de fogo inativos ou expirados, aguarda a implementação de um desenvolvimento no sistema informatizado (Sinarm) que possibilite a notificação automática quando do vencimento da validade do Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF). Esse tema foi trazido ao debate público e ganhou repercussão a partir do Anuário 16.

⁴ Salvo raras exceções, como o trabalho da Desarme, na Polícia Civil do Espírito Santo, e o da Coordenação de Repressão a Crimes Violentos, Tráfico de Armas, Crimes Contra o Patrimônio e Facções Criminosas, da Polícia Federal.

historicamente foi ocupado por revólveres, principalmente os adquiridos nas décadas de 80 e 90, quando o controle era quase inexistente.

Ao mesmo tempo, investigações policiais têm apontado para uma modernização de arsenais criminosos com aquisição de armas legais. Tendo em conta que um fuzil, tem preço estimado no mercado ilegal de R\$ 70.000,00, e que um fuzil chegou a ser vendido no mercado legal por R\$ 15.000,00, era evidente que isso atrairia o interesse de organizações criminosas. Um dado que chamou atenção nesse sentido foi o resultado do Recadastramento feito pelo governo federal que apontou que de cerca de 51.000 armas de calibres restritos que deveriam ser recadastradas, 6.000 não o foram⁵. Levando em consideração que o recadastramento das armas de calibres restritos exigia a apresentação das armas de forma pessoal, é possível afirmar que hoje o governo não sabe onde e com quem estão essas armas.

Armas de fogo são bens duráveis e que, se forem bem cuidadas, podem continuar em funcionamento por décadas. Até hoje o país sofre a violência cometida com uso de armas de fogo fabricadas nas décadas de 70, 80 e 90. Portanto, não é exagero pensar que as armas que entraram em circulação durante os últimos 5 anos continuarão a circular entre nós por décadas. O desafio passa a ser mensurar e documentar os efeitos que esse cenário trará para a sociedade e para a segurança pública⁶.

Armas de fogo são bens duráveis e que, se forem bem cuidadas, podem continuar em funcionamento por décadas. Até hoje o país sofre a violência cometida com uso de armas de fogo fabricadas nas décadas de 70, 80 e 90.

FREIO DE ARRUMAÇÃO E RECONSTRUÇÃO

O Decreto Federal 11.366, de 1º de janeiro de 2023, oportunizou um freio de arrumação para o mercado nacional de armas de fogo, ao congelar temporariamente suas operações e determinar o Recadastramento, junto à Polícia Federal, das armas de fogo adquiridas a partir de 2019. A PF informou que foram recadastradas aproximadamente 963 mil armas de fogo, sendo 916 mil de calibre permitido e 47 mil de calibre restrito, para as quais agora a PF possui informações mínimas. Também importante foi a instituição de Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que realizou escuta de diversos segmentos sociais interessados na temática, de modo a propor nova regulamentação para o segmento. Agora, cabe conhecer o marco normativo federal que regerá essa nova fase da política de armamentos e munições no país. O melhor regramento das categorias com acesso privilegiado a armas, sobretudo os CAC, e sua gestão

⁵ Recadastramento: 6 mil armas de uso restrito deixam de ser registradas. Radioagência. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/seguranca/audio/2023-05/recadastramento-6-mil-armas-de-uso-restrito-deixam-de-ser-registrada>. Acesso em: 14 jul 2023.

⁶ Estudo recente publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública estimou que se não houvesse o aumento do número de armas de fogo em circulação a partir de 2019, teria havido 6.379 homicídios a menos no Brasil. Ou seja, o aumento da difusão de armas terminou por impedir, ou frear uma queda ainda maior das mortes que o Brasil apresentou entre 2018 e 2021. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/armas-de-fogo-e-homicidios-no-brasil/

não mais pelo Exército, mas, sim, pela Polícia Federal, maiores investimentos nesta instituição para que possa brevemente modernizar seus sistemas e bancos de dados, assim como ampliar suas ações de fiscalização, além da reclassificação de certos calibres, como 9mm e .40, à lista de calibres restritos, são algumas das mudanças que poderiam trazer mais racionalidade à política de controle de armas e que muito beneficiariam a segurança pública do país.



Anuário
Brasileiro
**de Segurança
Pública**
2023

**A herança de meia década
de descontrole sobre as armas
de fogo no Brasil**



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA